



SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • 150\$ • Janeiro/Fevereiro 2000 • Nº 41

EDITORIAL

Grande jornada de unidade e afirmação da classe

As comemorações do nosso 31 de Janeiro constituíram uma grande jornada de unidade e afirmação da classe.

Comemorado em mais localidades e mesmo em muitas unidades, envolvendo mais sargentos e contando com o apoio de vários comandantes que, em muitos casos, fizeram questão de fazer em conjunto com a classe uma saudação ao 31 de Janeiro — Dia Nacional do Sargento, as comemorações do ano 2000 foram demonstrativas de que, apesar da oposição de alguns, isto vai, meus amigos, isto vai. Por isso, é justo daqui endereçar a esses comandantes uma palavra de apreço. A classe tem, ao longo dos tempos, reclamado justiça e, por isso mesmo, não seria justo ignorar todos os que vão deixando cair velhos dogmas e olham o presente e o futuro a partir da evidente realidade — o Associativismo sócio-profissional é o caminho.

É verdade que não tem sido fácil. É verdade que a oposição ainda é grande. Mas todos nós temos disto plena consciência. Há muito que dizemos que há em tudo isto um jogo de paciência. Mas como nos pode faltar a paciência se estamos convictos da justiça daquilo que defendemos? Se todos os dias a vida mostra a nossa razão? Isto vai meus amigos, isto vai! E vai, trilhando o rumo traçado e que tem como cimento a Unidade, a Coesão e a Solidariedade da Classe. Porque para nós a discussão franca não é igual a inimizade. Porque para nós o que nos Une supera em muito as diferenças e as especificidades. Porque nós somos, e somos com orgulho, a classe de Sargentos que carrega sobre si um passado glorioso e um presente semente de progresso e de transformação.

Honramos no presente os camaradas de 1891! ●

No Dia do Sargento

Unidade, coesão e solidariedade

Págs. centrais



EMFAR na Assembleia da República

Deputados unânimes na alteração do art. 31

Pág. 2

Novo endereço da ANS na Internet

A página oficial da ANS, após um primeiro período de teste e adaptação, em que foi investida a pouca experiência na matéria e a grande vontade de informar, veio caindo lentamente para um estágio de adormecimento, com visíveis deficiências na actualização da informação disponível e naturalmente reclamada pelos visitantes. Reconhecemos abertamente o nosso erro, que, para além de outras causas, tem a ver, essencialmente, com uma atormentada falta de tempo para realizar tudo aquilo que gostaríamos de apresentar.

Uma página deste tipo assenta, sobretudo, na actualidade e na oportunidade da informação. Por isso, decidimos suspendê-la e reformulá-la. Esta que agora começamos a apresentar é já o esqueleto daquilo que julgamos poder vir a ser uma fórmula mais ou menos definitiva, se bem que ainda em fase de implementação, mas não quisemos deixar de a partilhar com todos, desde já, de modo a não alargar mais este vazio que se criou. Não é ainda um produto acabado, por isso contamos com a vossa complacência e espírito crítico, no sentido de a podermos completar e melhorar no dia a dia desta constante azáfama, um dos principais ingredientes da nossa vida associativa, e isto, porque não

somos profissionais do associativismo, somos todos militares do activo, com as actividades e responsabilidades a isso inerentes, se bem que o encaremos com toda a dedicação, disponibilidade e espírito de engenho!

Visitem, pois, a nossa nova página, que embora ainda não num estado definitivo, começa já a apontar para aquilo que julgamos ser mais importante.

<http://WWW.ans.pt>

Quanto a e-mails, para contacto com a Associação, estão disponíveis os seguintes:

ans@esoterica.pt

geral@ans.pt

osargento@ans.pt (este mais

dedicado a assuntos relacionados com este jornal). ●

EMFAR na Assembleia da República

Obviamente...

O Decreto-Lei nº 236/99, de 25 de Junho, que aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), foi alvo de apreciação parlamentar na Assembleia da República, por iniciativa do PCP, no passado dia 17 de Janeiro. O debate em torno da apreciação deste diploma do Governo gerou inesperadas unanimidades, designadamente, quanto ao artigo 31 da LDNFA, cuja leitura do diário das sessões facilmente comprova. O referido Decreto-Lei e as propostas de alteração baixaram à Comissão de Defesa, que terá de redigir uma proposta final, a qual, depois, voltará a plenário para ser votada. Para que os compromissos não se esqueçam, publicamos extractos das intervenções dos deputados e do senhor ministro da Defesa Nacional.

“...diálogo institucional só poderá ocorrer quando o artigo 31º for revisto...”

João Amaral (PCP) — (...) A maioria das imperfeições e erros de concepção deste novo EMFAR resulta da falta de diálogo institucional com organizações representativas dos militares. Esse diálogo institucional só poderá ocorrer em total plenitude quando o artigo 31º da Lei da Defesa for revisto, particularmente quanto ao direito de associação profissional. Por isso, a primeira questão que aqui trago, a todas as bancadas e ao Governo, é a necessidade de se proceder, sem mais delongas, à revisão do artigo 31º. (...)

“...O Governo parece ter-se esquecido de dialogar com as associações representativas...”

Correia de Jesus (PSD) — (...) O diploma que está em apreciação é vulnerável a vários títulos. (...) O Governo parece ter-se esquecido de dialogar com as associações representativas dos interessados (...). A ter havido o necessário diálogo, muitos dos vícios e erros do diploma em apreciação poderiam ter sido evitados.

(...) É hoje geralmente aceite que os princípios fundamentais que regulam as relações profissionais nos serviços públicos são igualmente aplicáveis no interior da instituição militar, sem prejuízo de, nesta transposição, se ressaltarem determinadas implicações decorrentes da especial natureza da hierarquia e da disciplina militares.

(...) Os militares das nossas Forças Armadas mereciam uma mais cuidada atenção por parte do Governo (...).

“...artigo 31º, também deve ser alterado (...) CDS-PP é a favor da existência de associativismo nos militares...”

João Rebelo (CDS-PP) — (...) Convém realçar que nem todos os agentes interessados na resolução e na melhoria das condições militares foram ouvidos pelo Governo (...).

Quanto ao artigo 31º, também deve ser alterado. O CDS-PP é contra a existência de sindicatos nas Forças Armadas mas é a favor da existência de associativismo nos militares (...). Por isso, também abraçamos aqui o desafio lançado pelo Partido Comunista para alterar esse artigo. É claro que tem de ser alterado e, em muitas coisas, melhorado. Assim, é também o entendimento do meu partido quanto à participação de todos os militares, não só as chefias mas também das associações de oficiais ou outras, pois toda a gente está interessada em melhorar, obviamente, as condições de um eixo fundamental para a nossa soberania que são as Forças Armadas.

“...PS sublinha com grande entusiasmo a forma como o CDS se referiu à revisão do artigo 31º...”

Marques Júnior (PS) — (...) Invoque-se o facto de o novo Estatuto suscitar reservas no seio dos militares.



(...) O PS sublinha com grande entusiasmo a forma como o CDS se referiu à revisão do artigo 31º (...).

(...) Em sede de Comissão sejam ponderadas as propostas que o PCP apresentou, as que o CDS diz que vai apresentar, as que nós faremos e as de outros que, eventualmente, contribuam para a melhoria do diploma (...).

“...Obviamente que o problema do associativismo militar existe...”

Ministro da Defesa Nacional (Júlio Castro Caldas) — (...) Obviamente que o problema do associativismo mili-

tar existe e terá, necessariamente, de ser abordado nesta A.R. no âmbito da proposta de alteração da Lei de Defesa Nacional. Há um movimento de harmonização europeu que teremos de tomar em consideração.

(...) Temos a obrigação de, em sede de apreciação parlamentar (...) aperfeiçoar o diploma, recolher as sugestões (...) sendo certo que a apreciação deste diploma não pode ser desengavetada de um conjunto muito mais amplo de diplomas que dizem respeito à revisão da própria Lei de Defesa Nacional (...). ●

ANS em sessão de trabalho com a Comissão de Defesa Nacional

Uma delegação da ANS, constituída pelos camaradas Álvaro Martins, Fernando Freire e Lima Coelho, reuniu-se, em 14 de Fevereiro, com a Comissão de Defesa Nacional na Assembleia da República, em sessão de trabalho, na sequência do processo de apreciação ao EMFAR (DL nº 236/99, de 25 de Junho), na qual apresentou um documento contendo um conjunto de propostas de alterações.

Na apresentação deste documento, a delegação da ANS afirmou que a Associação entende que devem ser objecto de alterações de natureza material e formal, através de Lei, as seguintes normas contidas no DL nº 236/99, de 25 de Junho, que aprova o estatuto dos Militares das Forças Armadas, com os fundamentos nas razões para cada caso indicado e tendo como base os seguintes princípios:

— **Aperfeiçoamentos formais ou técnico-jurídicos com vista a eliminar-se dúvidas de interpretação ou de conflitualidade normativa entre regimes jurídicos na administração pública;**

— **Problemática do desenvolvimento das carreiras militares, designadamente: alteração dos tempos mínimo e máximo de permanência nos postos e mecanismos reguladores de carreira tendo em conta o direito comparado nos países da União Europeia;**

— **Existência de mecanismos capazes de assegurar um fluxo, contínuo e equilibrado, de acesso vertical aos diferentes postos da classe de sargentos (eliminar as disparidades, entre ramos, em tempo médio de permanência nos postos) tendo em conta**

o princípio de igualdade de oportunidades e de justiça distributiva;

— **Harmonização das carreiras da categoria de sargentos entre os 3 ramos das Forças Armadas por forma a eliminar situações de injustiça geradoras de desmotivação e de graves problemas institucionais;**

— **A tipificação normativa das funções dos sargentos, tendo em conta o modelo NATO, de modo a garantir o seu pleno rendimento funcional. Num estudo feito aos quatro países que compõem a EUROFOR (Portugal, Espanha, Itália e França) os sargentos portugueses, apesar das referências elogiosas que reiteradamente lhes são dirigidas, comparativamente com os sargentos dos restantes países encontram-se numa posição bastante inferior no plano das equivalências funcionais, como adiante se vai demonstrar.**

— **Desde já, e dentro do espírito que sempre norteou o relacionamento da ANS com esta Comissão, colocamos ao vosso inteiro dispôr para todo e qualquer esclarecimento que entendam por necessário.**

A proposta de alteração ao EMFAR apresentada contempla 24 artigos divididos em dois grandes grupos: o corpo do Decreto-Lei (medidas transitórias) e o EMFAR. Relativamente ao primeiro grande grupo as alterações incidem sobre os artigos 9º, 14º, 15º, 20º, 25º e 29º. Estas alterações procuram eliminar as discriminações inter e intra ramos detectadas nas várias reuniões que a ANS promoveu nos diferentes núcleos durante o último ano.

Relativamente ao segundo grande grupo (EMFAR), as alterações propos-

tas incidem nos seguintes artigos: 23º, 41º, 46º, 85º, 94º, 121º, 131º, 140º, 155º, 190º, 261º, 265º A (proposta de criação do tempo máximo de permanência no posto), 269º; fusão dos artigos 270, 271 e 279º; 277º, 278º.

Nesta grande área foi dado especial relevo à caracterização funcional das classes e aos conteúdos e cargos funcionais dos postos de sargentos com o objectivo de eliminar o retrocesso funcional amplamente debatido durante o último ano.

Em simultâneo com este documento, a ANS entregou dois anexos. Num constava o relatório sobre equiparação dos postos e funções dos militares integrantes da EUROFOR. No outro, um parecer da Procuradoria Geral da República acerca do Suplemento da Condição Militar não ser abonado aos militares na reserva e na reforma que não tenham completado os 36 anos de serviço.

A saída da sessão de trabalho, a delegação da ANS era aguardada pela comunicação social, à qual Álvaro Martins disse “lamentar que tenha de ser a Assembleia da República a chamar” e ouvir as associações sobre o EMFAR, que “as preocupações com a caracterização funcional” das carreiras dos militares “quase desapareceu”. Essa caracterização e a associação dos postos aos cargos desempenhados “são referências indispensáveis que norteiam” as carreiras dos militares. Álvaro Martins acrescentou que as propostas apresentadas visam acabar com as “situações conflituantes” que existem no actual articulado do EMFAR. ●

O SARGENTO

Propriedade: Associação Nacional de Sargentos

Administração e Redacção: Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1900-088 Lisboa

Tel. 21 815 49 66 - **Fax:** 21 815 49 58

E.Mails: ans@esoterica.pt

geral@ans.pt

osargento@ans.pt

Produção, Apolo redactorial, Grafismo

e Paginação: António Amaral

Fotolito e Impressão: Selecção Gráfica, Lda

Periódicidade: Trimestral

Tiragem: 3 500 ex.

Depósito Legal: 48582/91

Registo na DGCS: 115109 ●

Os sinais bonançosos e o avolumar da indignação



Nem sempre os momentos presentes têm sido tão pródigos em sinais bonançosos como o que vivemos.

✓ Porque os militares aderem ao projecto associativo no qual nos inserimos com uma frequência inédita nas nossas Forças Armadas; com destaque, não só para o aumento do número de associados nas associações já existentes, como também com o surgimento de Comissões Instaladoras de Associações dos Praças da Armada e da Força Aérea. No caso particular da nossa Associação, o associativismo sai reforçado não só com o aumento da massa associativa, mas também com a aquisição da sede nacional, no aumento do número de delegados, de núcleos e de sócios que participam na organização e nas iniciativas dos núcleos. Porque os sargentos exercem os seus direitos de cidadania conquistando-os, assim, de forma consolidada e aumentando todos os dias a sua consciência profissional e militar.

✓ Porque nas unidades a forma construtiva como os delegados abordam e apresentam os problemas de todos, contribuindo para a sua resolução e pelo papel que a ANS através deles tem tido no desfazer dos boatos constantemente postos a correr (sabe-se por quem e com que intenções?), tem merecido dos militares e dos comandos o reconhecimento. Em muitas unidades esse reconhecimento traduziu-se na realização de iniciativas de comemoração do 31 de Janeiro dentro das unidades e, nalguns, com a presença ou a representação dos Comandos. Mas também na prática verificada em muitas unidades, onde os delegados estão autorizados a afixar a informação da ANS nos respectivos quadros e têm pastas na respectiva mesa com os documentos de consulta editados pela nossa Associação.

✓ Porque nunca se tinha verificado

unanimidade nos partidos com representação parlamentar e do governo, na pessoa do seu MDN, na necessidade da revisão do artigo 31º da LDNFA dotando as associações militares de um estatuto que lhes permita representar os interesses sociais e profissionais dos militares. Este sinal, de significado importantíssimo para quem, como nós, se tem batido pela evolução do associativismo militar para um estatuto sócio-profissional, deve ser analisado em conjunto com outros igualmente importantes. O facto de as associações terem sido auditadas pela Comissão de Defesa Nacional, no ano passado, a propósito do projecto de DL do Governo sobre o Serviço Militar; de já este ano terem sido convidadas para sessões de trabalho com esta Comissão a propósito do projecto de DL de Alteração ao EMFAR e de terem sido convocadas pelo MDN para uma audiência onde ficou claro direito de consulta e criados mecanismos de contacto e de consulta; de mesmo dentro dos ramos chefes e comandantes terem criado mecanismos informais de consulta com a ANS, representam um conjunto de sinais que reforçam a nossa convicção de que "os objectivos se conquistam quando a vontade nos une".

Porém, nem tudo são flores no jardim. Nem sempre os sinais bonançosos representam tempo de bonança. Verificam-se declarações públicas de chefes militares que apontam noutra direcção que ensombram e perspectivam dificuldades num caminho que se desejava de diálogo, compreensão e cooperação. O Programa do Governo, no que aos cidadãos em uniforme diz respeito, representa um recuo relativamente ao anterior do mesmo partido — está menos claro e menos promissor.

Mas, também, porque ao consultarmos o OE para 2000, que tem estado em debate na AR, não descortinamos nenhuma verba consignada à revisão

do Sistema Retributivo dos militares, sabendo nós da premência em serem tomadas medidas que correspondam e respondam aos anseios dos milhares de sargentos que expuseram aos CEM a propósito dos motivos do seu descontentamento, motivados pelas expectativas criadas, primeiro pelo documento aprovado por unanimidade no CSM sob orientação expressa do Primeiro Ministro, e, depois, pelo ex-MDN, Dr. Jaime Gama, declarando aumentos que, na prática, não se verificaram; mas também pelas discrepâncias nos vencimentos relativamente a alguns postos dos militares da GNR.

Outro motivo de redobrada atenção é o processo que se avizinha de revisão do artigo 31º da LDNFA. Uma coisa são os sinais de compreensão e de abertura que se conhecem, outra é a realidade dos factos concretos da parte de quem tutela, o Governo. O OE para 2000 é disso um sintoma que, esperamos, seja ultrapassado. Se as alterações ao malfadado artigo 31º forem de forma e não de conteúdo, se não representarem um avanço para a prática real de hoje, se não permitirem uma evolução para um estatuto sócio-

profissional, então virá ao arrepio da vida, contrariará o que de melhor a consulta, embora incipiente, tem trazido ao exercício da cidadania pelos cidadãos em uniforme. Frustrará expectativas e criará uma enorme onda de descontentamento e desmotivação.

Seria bom que se entendesse de uma vez por todas que o associativismo militar é um realidade que veio para ficar. Que é um instrumento importante para ultrapassar e encontrar soluções para os problemas. Que o seu reconhecimento prático, com a adopção de medidas para os problemas que aponta é decisivo para debelar a onda de indignação que se sente avolumar cada dia que passa sem soluções credíveis à vista. Ao apresentarmos os problemas que afectam a vida dos militares, mais não somos do que porta-vozes dos nossos camaradas; e não procuramos outra coisa do que encontrar as soluções adequadas, no sentido de melhorar os níveis de motivação e, por essa via, de coesão e desempenho da Família Militar.

É por tudo isto que deveremos estar moderadamente optimistas, mas continuar serenos, atentos e disponíveis para contribuirmos para a resolução dos problemas que nos afectam. ●

Como aumentar as verbas para IO das FFAA

Têm vindo a lume várias opiniões sobre a questão das verbas colocadas pelo País à disposição das FFAA. Uma vez a propósito dos custos com o pessoal, outras da necessidade de reapetrechamento em meios. Em todo o caso constitui uma abordagem isolada do problema, colocando a tónica na escassez do orçamento dedicado à vertente militar da Defesa Nacional; como se tal acontecesse por maldade ou por falta de visão estratégica de quem orçamenta.

Quanto a nós o problema tem de ser abordado de forma integrada e não isolada. E na integração do problema deve-se partir dos seus alicerces e não do telhado; deve-se procurar anular as causas e, por essa via, os efeitos; devem-se procurar soluções e não culpados.

Para determinar com algum rigor as causas seria útil terem-se já, de forma clara, respostas para um conjunto de questões que neste jornal temos colocado: O que é que o País deseja Ter como vertente militar da Defesa Nacional? Qual é o Conceito Estratégico de Defesa que vigora: o nacional, o da

NATO ou o, ainda desconhecido, europeu? Qual é o Sistema de Forças adequado — numa perspectiva nacional, atlantista ou federalista? Como vai ser o exército europeu: um somatório bem articulado e padronizado dos exércitos nacionais ou um exército único? Em qualquer dos casos qual o contributo das FFAA portuguesas nesse esforço conjunto?

A nosso ver, pese embora a inexistência de respostas claras a este conjunto de perguntas, é nela que reside o desinvestimento consecutivo nalgumas áreas das FFAA. E nesta perspectiva é plausível aventar a hipótese de este desinvestimento ser motivado, não por desinteresse ou pouco poder de quem ocupa a pasta da defesa, nem por falta de visão estratégica, mas, bem pelo contrário, por obedecer a uma estratégia delineada nalgum areópago internacional da especialidade e para a qual se reconhece a inexistência de condições para a implementar de imediato e de forma aberta.

Se tomarmos por boa a hipótese, en-

tão deduzir-se-á que o desinvestimento poderá estar a acontecer para inviabilizar essas áreas, tornar a vida de quem lá exerce num inferno e torná-las cúmplices involuntários na extinção das partes não integráveis nas FFAA da Europa.

Mas, perguntará o leitor, o que tem isto a ver com formas de aumentar o orçamento dedicado ao **Investimento e Operação** das FFAA? A relação com o que foi dito está na premência em exigir definições claras, esclarecimento cabal às questões levantadas, conduzir a quem de direito assumas as opções estratégicas inerentes de forma transparente, extinguindo desde já o que houver a extinguir e viabilizando o que for de viabilizar libertando, assim, as verbas que estão a ser inutilizadas.

Coloca-se a questão do pessoal: que fazer ao pessoal dessas áreas? Requalificar com a formação adequada e reintegrar nas áreas viabilizadas. É de salientar que a questão do excesso de pessoal é uma falsa questão. Excesso de pessoal para que FFAA? Onde está

essa definição? Que estudos analíticos conduziram a tal conclusão? Como sustentar tal conclusão à luz da escassez de pessoal para suprir as solicitações internacionais — veja-se a dificuldade em conciliá-las com a manutenção de forças operacionais suficientes e apetrechadas no território nacional para garantir a missão Constitucional?

Só definidas e assumidas tais opções se podem efectuar os estudos necessários para fazer um levantamento exaustivo das necessidades de pessoal, do perfil técnico adequado, do nível de responsabilidade e autoridade a conferir de acordo com o nível de funcionalidade, da formação de base adequada a garantir as inflexões no percurso de carreira que a dinâmica das novas tecnologias impõe; em suma: só depois da assunção das opções estratégicas no âmbito europeu há condições para redefinir o modelo de carreira adequado e optimizar as verbas atribuídas às FFAA.

É razão para dizer que não esclarecimento é que está o ganho! ●

31 de Janeiro

Dia Nacional do Sargento

Unidade e determinação

As Comemorações do 31 de Janeiro decorreram a nível nacional (continente e ilhas) desde 26 de Janeiro a 3 de Fevereiro e tiveram participação directa e activa nestes eventos mais de 2000 camaradas, nomeadamente, em:

- 26 de Janeiro — Entroncamento;
- 28 de Janeiro — Viseu;
- 29 de Janeiro — Lisboa, Ponta Delgada e Tavira;
- 30 de Janeiro — Angra do Heroísmo;
- 31 de Janeiro — Beja, Chaves, Coimbra, Estremoz, Leiria, Ponta Delgada, Porto e Póvoa do Varzim;
- 1 de Fevereiro — Lamego;
- 2 de Fevereiro — Aveiro;
- 3 de Fevereiro — Figueira da Foz.

É de realçar o grande empenho, dedicação e espírito de sacrifício que, por todo o País os delegados puseram na concretização destas comemorações. Salientamos a participação e apoio dos representantes da classe e comandos, de camaradas na Reserva e Reforma, bem como a participação de vários representantes de Governos Cívicos e Poder Autárquico. A clarividência e qualidade de muitas das intervenções merecem uma nota de satisfação e orgulho. Mais uma vez estes foram locais privilegia-

dos para o debate de ideias, troca de informações e abordagem de assuntos que preocupam a classe.

O 31 de Janeiro — Dia Nacional do Sargento, assume-se cada vez mais como uma data/evento muito importante na nossa sociedade. Esperemos que a breve trecho lhe seja reconhecida honra de feriado ou dia festivo que lhe é de todo devida.

Mais dignidade!

Em Lisboa, na sessão realizada no salão da Voz do Operário, que teve por lema: "Uma carreira autónoma! Mais responsabilidade e autoridade! Mais dignidade!".

De entre os convidados, anotámos as presenças de: deputado João Amaral, vice-presidente da Assembleia da República, em representação do Presidente da Assembleia da República e do grupo parlamentar do PCP; deputado Marques Júnior, do grupo parlamentar do PS e da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias; deputado Henrique Freitas, do grupo parlamentar do PSD; deputado João Rebelo, do grupo parlamentar do PP; Cmdt. Teles Ribeiro, da Casa Militar do Presidente da República; dr. Lopes Victor, em representação do Presidente



da Câmara de Lisboa; Cor. Melo Tavares, representante da Direcção do IAS FA; dr. Bernardo Colaço, procurador-geral adjunto, em representação da Direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público; Cor. Ribeiro Soares, da Revista Militar; representantes da ASMIR, AOFA, ADFA, Clube Sargentos da Armada, Associação de Militarizados da Armada, Comissão Promotora da Associação de Praças da FAP e da Comissão Instaladora da Associação de Praças da Armada.

Após algumas palavras do presidente da Assembleia Geral da ANS, Teixeira da Silva, o presidente da Direcção cessante, Álvaro Martins, fez uma intervenção de balanço das actividades da ANS no último biênio, que referiu o reforço da organização da ANS, com a adesão de muitos novos sócios e a implantação de núcleos e delegados nas unidades, a realização do Encontro de Delegados do

Exército e a Conferência Nacional de Delegados. Foi iniciado o processo de aquisição da nova sede e eleito o camarada Fernando Fontes para o Comité Executivo da Euromil. Referiu a recuperação de 4,5% do suplemento de condição militar, pelo qual nos batíamos desde 1990, lamentando que o poder político tenha frustrado as expectativas criadas quanto ao sistema retributivo.

De seguida, foi dada a palavra ao deputado João Amaral, o qual afirmou que os militares pela postura que têm mantido, merecem que as associações sejam legalmente reconhecidas, salientando que tal é absolutamente necessário uma vez que vivemos num Estado de Direito, de tolerância, sendo por isso justo que esta realidade seja traduzida em Lei, com plena legalidade e autoridade. A concluir, afirmou que, para haver resposta às necessidades recentes das FFAA é necessário e fundamental resolverem-se os problemas das carreiras, dos vencimentos e do associativismo militar.

A seguir foi dada a palavra a António Bernardo Colaço, da Direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, que afirmou que "o reconhecimento do associativismo sócio-profissional continua a ser, antes e acima de tudo, uma questão de sintonizar o direito militar com a Constituição, ou seja, impõe-se a *constitucionalização da lei militar* nesta matéria. Trata-se, em suma, de uma genuína questão dependente da vontade política. (...) Continua, por isso, a faltar uma lei que efectivamente viabilize a constituição das associações sócio-profissionais dos militares para a satisfação do projecto *cidadão/militar—militar cidadão*, assim se viabilizando derivadamente a ligação FFAA e a sociedade civil."

Mais adiante, salientou que "não consta que as FFAA dos países europeus, alguns dos quais pertencentes à NATO, sejam menos eficazes que as nossas apenas por fruírem do direito associativo". E acrescentou que "a coesão não se impõe, tem de ser vivida. Essa é a verdadeira essência e a razão de ser de uma Associação Representativa como forma mais elevada de consciência gregária e profissional".

E, a concluir, afirmou que "neste con-





texto três vias de solução se deparam para o magno problema do Associativismo Representativo nas FFAA. Uma, seria a de se perfilhar interpretativamente que as proibições do artigo 31º não abrangem o associativismo sócio profissional, que como figura jurídica só surgiu em 1989, não podendo por isso estar previsto naquele preceito; outra, seria a alteração deste artigo, onde expressamente se reconhecesse esse direito, ou finalmente, legislar-se inovadoramente nesta matéria por via de uma lei autónoma. Qualquer destas soluções prestigiaria a instituição democrática portuguesa (...). O senhor General Loureiro dos Santos, em artigo de opinião (in DN de 27/Jan/2000), sob o título 'Os 4 trabalhos de Castro Caldas', aludia aos 'direitos de cidadania' dos militares entre os quais incluía o 'direito de associação', significando que o seu reconhecimento se-

ria um teste à vontade e capacidade do Senhor Ministro".

O tema "Associativismo e Justiça Social" foi abordado por Fernando Freire, actual vice-presidente da Direcção da ANS. Esta intervenção faz uma análise ao Código do Procedimento Administrativo (CPA), chamando a atenção para o facto de, apesar de ter sido publicado o Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de Novembro, revisto em 1996 (DL nº 6/96, de 31 Janeiro), grande número de militares, comandantes e subordinados, desconhecem as regras essenciais do CPA. A seguir, afirmou que é imperativo a criação de um estatuto jurídico de consulta das associações militares, nomeadamente à luz do Programa do XIII Governo Constitucional ("O Governo manterá um diálogo institucionalizado com os militares, em modalidades consultivas a definir, sempre que estejam envolvi-

Uma delegação da ANS, composta pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral, Teixeira da Silva, presidente da Direcção, Álvaro Martins, presidente do Conselho Fiscal, Fernando Freire, e pelo membro da Comissão Executiva da Eurómil, Fernando Fontes, foi recebida, em 28 de Janeiro, no MDN pelo Ministro da Defesa, Dr. Castro Caldas, que se encontrava acompanhado pelo Chefe de gabinete MajGen. Pinto Ramalho.

A audiência, concedida a pedido da ANS, teve como objectivos a apresentação de cumprimentos e darmos a conhecer ao MDN, para além dos nossos objectivos associativos, a nossa visão sobre a importância do associativismo militar e o necessário e indispensável direito à consulta e ao diálogo sobre os aspectos e matérias que a nós militares digam respeito.

Por parte do Ministro da Defesa releva claramente a intenção do Ministério consultar as associações de militares sobre as matérias que nos digam respeito e que não sejam da exclusiva competência das Chefias Militares.



MDN Dr. Castro Caldas

Para tanto, foram na oportunidade criados os mecanismos que facilitem o contacto e o diálogo entre a ANS e o MDN.

À saída da audiência, Álvaro Martins referiu que o encontro tinha decorrido num espírito de grande abertura e entendimento, classificando-o de um pequeno, mas importantíssimo, passo numa caminhada que se pretende longa e frutuosa, acrescentando que, da parte da ANS, tudo será feito para que assim aconteça. ●

das questões do foro profissional..." — nº 3.4 alínea e) do cap. Defesa Nacional), de Resoluções da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu. Por último, abordou questões do direito penal e do regulamento de disciplina, designadamente, sobre a desejada promessa de alteração legislativa, recordando que o Código de Justiça Militar está em vigor desde 1977 e contém uma moldura penal gravosa, que põe em causa valores estruturais da sociedade de direito.

Após esta intervenção foi dada a palavra a todos os presentes na sessão que se inscreveram. Na coluna ao lado, transcrevemos frases que ouvimos no decorrer dessas intervenções. A última intervenção coube ao novo presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, que reafirmou os propósitos programáticos da lista agora eleita. ●

- "...Para a fundação da ANS os sargentos passaram por muitos obstáculos, castigos e punições (...), mas nunca se desistiu (...) e hoje estão aqui presentes várias associações de militares e outras que se estão a formar..."
- "...As funções dos sargentos não estão a ser dignificadas (...). No EMFAR estabelecem-se funções comuns a todos os postos, mas só para os sargentos (...). Exijamos tarefas e funções compatíveis..."
- "...Exige-se uma estrutura remuneratória paralela à da carreira dos oficiais. (...) Somos militares qualificados..."
- "...Na Armada, os sargentos em 18 anos só percorrem um posto na carreira, numa parte significativa dos casos..."
- "...Socializar os Serviços Sociais (IASFA). (...) Instituir o direito de representatividade proporcional (...) sargentos possam participar na Direcção..."
- "...Mexe-se no EMFAR, prejudica-se os sargentos, mexe-se nos escalões idem aspas (...) Despacho do CEMA relativo ao Suplemento de Residência é muito limitador..."
- "...As famílias dos militares têm sido afectadas pela degradação do sistema militar, principalmente no aspecto de educação dos filhos (...) Porquê tanta disparidade nas ajudas de custo no estrangeiro entre categorias militares?..."
- "...Curso de promoção a Sargento-Chefe (na Armada) tem de ser reformulado..."
- "...Em Vila Real de Sto António um sargento da FA, deficiente da guerra do Ultramar, dorme em cima de papelões no chão da Alfândega (...) por causa de uma pensão de miséria..."
- "...O reposicionamento no 6º escalão? Novamente tudo para trás... 25% saem no 4º escalão..."
- "...Com 38 anos de serviço não estão reunidas as condições para ser promovido a sargento-mor (...). Como tal vou passar à reserva (...). Gostava de ver as coisas melhor do que estão (...) Devia haver um quadro único para os sargentos-chefes e mores da Marinha..." ●



Notícias da ANS

Novos órgãos sociais tomaram posse

Os novos órgãos sociais da ANS, com mandato para o biénio 2000/2001, cuja eleição decorreu em 29 de Janeiro, na Voz do Operário, tomaram posse no dia 23 de Fevereiro, na sede social.

A média de idades dos novos membros dos órgãos sociais é a mais baixa de sempre, integrando onze primeiro-sargentos, retratando melhor o universo que nos constitui e reforçando a experiência, a união e a renovação, instrumentos essenciais para enfrentar o futuro.

O actual presidente da Direcção da ANS, António Lima Coelho, em nome dos eleitos, afirmou que, “desde o primeiro momento a ANS definiu como seu objectivo principal lutar pela DIGNIFICAÇÃO dos seus associados, da classe de Sargentos e da Instituição Militar. Por este motivo também nós o elegemos como objectivo principal para o biénio 2000/2001. Mas não nos queremos limitar a combater o Artigo 31º! Existem outras áreas em que consideramos ser fundamental que a nossa acção se faça sentir firme, frontal e objectiva como tem sido o timbre da ANS:

— **Na ligação aos associados queremos:**

- melhorar o funcionamento das Comissões Permanentes dos Ramos (CPR's) e as ligações com os delegados das unidades;

- dinamizar os núcleos e criar outros;

- melhorar o funcionamento do Conselho Técnico, órgão interno da ANS (.....).

— **Relativamente a outras actividades de carácter mais geral:**

- aprofundar o relacionamento com a Euromil; e com as associações de militares existentes em Portugal;

- promover as comemorações do 31 de Janeiro (que gostaríamos de ver oficialmente instituído), e do aniversário da ANS no dia 10 de Junho;

- promover colóquios, debates e outras iniciativas sobre temáticas do interesse dos Sargentos;

- consumir o projecto da aquisição da nova Sede Social — a casa dos Sargentos.

— **Quanto às questões sócio-profissionais, acompanhar e intervir nas matérias:**

- alterações ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e aos Regulamentos de Avaliação e Mérito;

- Lei de Bases da Disciplina e Justiça das Forças Armadas e, consequentemente, dos obsoletos Regulamento de Disciplina Militar e Código de Justiça Militar;

- prosseguir o debate iniciado na I Conferência Nacional de Delegados para a tipificação e unificação da “Carreira de Sargento”;

- o Sistema Retributivo;

- as condições de Higiene e Segurança.”

Estas são, em resumo, as principais intenções de trabalho dos novos órgãos sociais da ANS, cujos membros, divulgamos a seguir.

Assembleia Geral

Presidente: SCHEF Manuel João Teixeira da Silva (EXE); Vice-Presidente: 1SAR José Fernandes Gonçalves (FAP); Secretário: SAJ Fernando M. Gomes Fontes (EXE); Vogais: 1SAR Ângelo Miguel da Silva Ramos (ARM), SAJ Américo Rafael Lopes da Silva (EXE).

Direcção

Presidente: 1SAR António M. G. Lima Coelho (FAP); V.Presidente: SCHF Álvaro J. Félix Martins (ARM); V.Presidente: SMOR Ernani Luís V. Balsa (EXE); V.Presidente: 1SAR Fernando M. Santos Freire (FAP); Tesoureiro: SAJ José D. Gomes Coutinho (ARM); Secretário: SAJ Domingos M. Marques David Pereira (ARM); Secretário: 1SAR Vitor M. Brites Florindo (EXE); Secretário: 1SAR José António G. Pereira (FAP); Vogais: SCHF João Cerca Nogueira (EXE), 1SAR Rui M. Serazina Esteves (EXE), 1SAR Óscar M. Castro Veríssimo (EXE), 1SAR António M. Correia Gonçalves Sena (EXE), 1SAR Ricardo Jorge A. B. Castanheira (FAP).

Conselho Fiscal

Presidente: SAJ Joaquim Varino da Ponte (ARM); V. Presidente: SAJ Domingos Paixão Eugénia (EXE); Relator: SAJ Mário A. R. Correia Pereira (EXE); Vogais: 1SAR Augusto M. Gil Tomás (FAP) e 1SAR José Joaquim Cachapa Botas (ARM). •

❖ As comemorações do 31 de Janeiro de 1891 em Lisboa decorreram em paralelo com a Assembleia Geral eleitoral.

Mais uma vez se verificou que a nossa associação tem uma participação da massa associativa impar no contexto das associações. Poucos Órgãos Sociais se podem orgulhar de terem sido sufragados por centenas de associados directamente nas urnas ou exercendo o voto por correspondência.

“O Sargento” formula os melhores votos de êxito no seu trabalho em prol dos sargentos.

❖ A Direcção participou em 14 das 17 iniciativas de comemoração do 31JAN em todo o País. Participou ainda nas reuniões preparatórias das comemorações com os núcleos que consideraram a sua presença útil para a preparação.

❖ A fim de auscultar os núcleos sobre as medidas a tomar acerca das matérias que tanto descontentamento têm provocado no seio dos sargentos — a discriminação, o retrocesso funcional e a desvalorização profissional no EMFAR, e o Sis-

tema Retributivo com as novas injustiças que veio provocar — a Direcção promoveu reuniões e Encontros Regionais em Almada, Coimbra, Entroncamento, Estremoz, Leiria e Monte Real, Porto, Lamego e Viseu.

Na sequência desses encontros e reuniões foram aprovadas **resoluções** já entregues na Casa Militar do PR, na Presidência da AR, ao MDN e ao acesor militar do Primeiro Ministro.

Temos conhecimento de que os núcleos ainda estão a discutir, para aprovação, resoluções com o mesmo conteúdo. Nessas resoluções, os sargentos declaram preocupação pelo descontentamento e desmotivação provocados por aqueles diplomas e apelam a que sejam abertas vias de diálogo com as associações com vista a encontrarem-se soluções rápidas e justas para aqueles problemas.

❖ A Direcção fez o balanço provisorio da **campanha do Tijolo** e concluiu que se atingiram os objectivos propostos para esta campanha. No entanto, como as verbas obtidas

ainda ficam aquém do necessário, iniciou a **campanha da Tijoleira** (também é preciso construir a placa!) que se mantém em curso.

É importante o contributo de todos os sargentos na aquisição da nossa sede nacional.

Contribui! Sem o teu contributo é mais difícil atingir aquele objectivo.

❖ A ANS foi recebida em audiência pelos Grupos Parlamentares (GP) do PS, PCP, BE e CDS/PP, pelo MDN e em sessão de trabalho pela Comissão de Defesa Nacional na qual participaram muitos deputados daquela Comissão. Acerca destas duas últimas audiências ver notícias em separado neste jornal.

As audiências com os GP decorreram na sequência de pedidos da ANS para apresentação de cumprimentos aos novos deputados e exposição dos problemas que estão na ordem do dia: Sistema Retributivo, EMFAR, o artigo 31º da LDNFA, o direito de consulta e o associativismo militar de natureza sócio-profissional. Decorreram em ambiente de grande frontalidade, cordialidade e compreensão. •

Opinião

Profissional ou mercenário?

O deputado João Amaral, vice-Presidente da Assembleia da República, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP e membro da Comissão de Defesa Nacional, teve a amabilidade de enviar à redacção de “O Sargento” um artigo de opinião que publicou na imprensa diária, cujo tema é de flagrante actualidade e pertinência, motivo pelo qual temos o prazer de o publicar, estando a nossa redacção aberta a outras opiniões sobre a matéria.

A decisão do Governo de acabar com o Serviço Militar Obrigatório e instituir umas Forças Armadas Profissionais, acaba de conhecer desenvolvimentos em Espanha, que constituem um autêntico sinal de alarme.

Quando promulgou a nova Lei do Serviço Militar, o Presidente da República juntou a sua voz de alerta, praticando um acto absolutamente inédito, ao publicar no Diário de Notícias um artigo de opinião, com o seu nome pessoal, onde justificava as grandes preocupações com que se deixava passar a Lei, e onde apelava a uma profunda reflexão. Peço licença ao nosso Presidente para dar a seguinte interpretação pessoal deste artigo: **está o país seguro que com esta nova lei pode assegurar os seus objectivos de defesa nacional?**

As palavras do Presidente caíram em saco roto. Tirando os especialistas (como Loureiro dos Santos, Lemos Pires, Pezarat Correia ou David Martelo), o Governo engoliu para dentro. E o Ministério da Defesa continua à cata do submarino. De resto, tudo se resume à demagogia da compra do voto jovem a qualquer preço.

Como “argumento”, o Governo repete que isto é assim porque é assim nos outros países europeus. Mas, é bom ver o que se está aí a passar.

A Espanha está a tentar cumprir o prazo que se fixou para a profissionalização. Só que, em 1999, ficou abaixo do plano, faltando-lhe 2500 profissionais.

Para resolver o problema, o Governo espanhol fixou novas regras de recrutamento. Vale a pena meditar sobre essas regras: primeiro, vai admitir contratados com qualquer nível de escolaridade, o que significa mesmo abaixo da escolaridade obrigatória.

Em segundo lugar, vai baixar o quociente intelectual de 70, o nível mínimo de admissão, para a fronteira mais baixa, à beira já da incapacidade de compreensão.

Em terceiro lugar, diminui as exigências físicas.

E, finalmente, sobe para os 28 anos o limite máximo de idade de admissão.

Acontece ainda que os testes personalizados, que passaram a servir só para classificação, já permitiram admissões de concorrentes que obtiveram 0,5 numa escala de 10.

Este exemplo mostra o desastroso resultado de uma aplicação cega e bruta do princípio da profissionalização. Diz-se que o Exército é o espelho da Nação. Um Exército como este que está a nascer em Espanha pode ser o espelho do grande povo espanhol?

E queremos para Portugal um Exército assim?

A nova Lei do Serviço Militar ainda não começou a ser aplicada. Tem um período de quatro anos, até chegar à profissionalização total.

O Ministro foi à Comissão de Defesa com um miserável pacote de dois milhões de contos, para incentivos e para pagar os altos custos do processo.

Por este caminho, não vamos lá. O Exército que hoje nos orgulha (ainda há dias, na sua partida para as longínquas terras de Timor) corre o risco de passar a ser um Exército saído directamente das turmas de repetentes das nossas piores escolas.

É preciso reflexão. A bem de Portugal! •

João Amaral

Seminário no IDN

FFAA em regime democrático

No Instituto da Defesa Nacional decorreu, no passado dia 18 de Fevereiro, um seminário subordinado ao tema "Forças Armadas em Regime Democrático". A ANS fez-se representar por Manuel João Teixeira da Silva e António Lima Coelho, tendo feito uma intervenção, que a seguir se reproduz.

"Queremos saudar este Instituto, não só pela escolha do tema, mas também pela sua importância e pela sua actualidade.

Gostaríamos de realçar que o que iremos dizer de seguida não é uma crítica, repito, não é uma crítica, mas sim a constatação de um facto. Constatamos a não presença das Chefias Militares em vários níveis...

Em relação ao que foi dito da parte da manhã oferece-nos dizer o seguinte. Não é uma pergunta mas tão só uma reflexão: os militares (homens e mulheres) são pessoas... Ficámos com a ideia – possivelmente errada – que os militares são uma espécie de demónio, se e com poder. Então qual a solução? Guetá-los? Aprisioná-los nos quartéis?

Crises e dificuldades existem em qualquer regime – ditatorial e democrático. Em nossa opinião a grande virtude do regime democrático é reconhecer-se que a democracia não é um destino mas sim um caminho – pelo que está ou é desejável que esteja, em permanente construção. Ora, parece desejável que

esta construção seja feita por toda a sociedade – todos os cidadãos – consequentemente também pelos cidadãos em uniforme.

Havendo a responsabilidade de defender algo – com o sacrifício da própria vida – é fundamental saber com objectividade e clareza porquê e para quê se defende.

Em jeito de conclusão:

A melhor forma de defender a coisa é participar nela usufruindo as vantagens e a responsabilidade que a coisa confere.

Pese embora acreditar na bondade de todos os poderes instituídos, para fazer o melhor relativamente às nossas FFAA, o que releva é que o melhor não chega. É preciso muito mais..."

Associativismo Militar e a sua Imprensa

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), no âmbito das comemorações dos 25 anos do jornal ELO, promoveu um Encontro sobre Associativismo Militar e a sua Imprensa, em 26 de Novembro, que contou com a presença de dez associações de militares (ANS, AOFA, ASMIR, ANCE, AFAP, Liga dos Combatentes, Clube de Sargentos da Armada, Associação dos Antigos Oficiais de Lanceiros, Associação 25 de Abril e a ADFA).

Foi salientada "a imperiosa necessidade de rever o artigo 31º da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas", assim como, "a dignificação da condição militar e das Forças Armadas", entre outras matérias.

No documento das conclusões, entre outros aspectos são realçados os seguintes: "foi reconhecido que o movimento associativo militar é irreversível", e que "por parte das chefias militares se tem verificado uma gradual abertura ao direito de asso-

ciação dos militares"; "foi reafirmada a necessidade imperiosa da revisão do art. 31º da LDNFA que restringe os direitos de cidadania dos militares".

A ANS, que saudou o jornal ELO pelos seus 25 anos de vida na defesa dos deficientes das Forças Armadas, considerou este Encontro oportuno e relevante, colocando-se à disposição para participar em futuros encontros e reuniões que hajam por bem serem realizados neste âmbito. ●

Conhece os teus DIREITOS

Processado na Força Aérea desde Nov/99 e esquecido no Exército e na Armada...

Complemento de pensão

O Decreto-Lei nº 236/99, de 25 de Junho — EMFAR, redefine a metodologia de cálculo do complemento de pensão a que se referia o art. 12º do D.L. nº 34-A/90, de 25 de Janeiro.

De acordo com a nova legislação, é consagrado, desde 1 de Julho de 1999, o direito ao abono de um complemento de pensão sempre que a pensão de reforma ilíquida seja inferior à remuneração de reserva, líquida do desconto de 10% para a Caixa Geral de Aposentações, a que teria direito caso a passagem à situação de reforma se verificasse na idade limite estabelecida para o regime geral da função pública (70 anos).

Na Força Aérea o abono é processado desde Novembro de 1999, com o recebimento dos meses desde Julho do mesmo ano, acrescido do subsídio

de Natal. Acresce que a 3ª Repartição da Direcção de Finanças do Comando Logístico-Administrativo da Força Aérea não se limitou a fazer os pagamentos, mas enviou para casa dos aposentados uma circular bastante explicativa sobre a razão do pagamento do abono e respectivos cálculos. Uma acção que deve ser normal, mas, porque rara, salientamos.

Quanto ao Exército e à Armada, o que se passa?

Esqueceram-se de fazer o respectivo processamento, ou não se lembram do DL nº 236/99, de 25 de Junho?

Artigo 9º

No Decreto-Lei 236/99, de 25 de Junho, o Art. 9º estabelece:

1— Quando da aplicação das alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 160º do Estatuto resultar, para

os militares que ingressaram nas Forças Armadas em data anterior a 1 de Janeiro de 1990, um montante da pensão de reforma ilíquida inferior à remuneração da reserva, líquida do desconto para a Caixa Geral de Aposentações, a que teriam direito caso a passagem à situação de reforma se verificasse na idade estabelecida para o regime geral da função pública, ser-lhes-á abonado, a título de complemento de pensão, o diferencial verificado.

2— As verbas eventualmente necessárias para fazer face ao abono previsto no número anterior serão anualmente inscritas no orçamento da defesa nacional e serão pagas pelos ramos a que os militares pertencem.

Neste DL merecem também leitura os artigos 122º, 123º, 160º e 161º. ●



Alm. Vieira Matias, Chefe do Estado Maior, na visita ao CSA

Clube de Sargentos da Armada comemora 25 anos

O Clube de Sargentos da Armada (CSA) está a comemorar o 25º Aniversário da sua fundação, tendo realizado várias iniciativas nas quais a ANS se tem feito representar.

No dia 5 de Fevereiro, na Delegação nº1, no Feijó, assistimos à abertura das comemorações com o lançamento de uma medalha comemorativa e inauguração da exposição "Os 25 anos do CSA".

No dia 9 de Fevereiro, também na Delegação nº1, participámos num colóquio, subordinado ao tema "O Movimento Associativo", que teve como principais oradores o Vice-Presidente da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e o dr. Alexandre Castanheira.

No dia 22 de Fevereiro, na Sede Social, em Lisboa, estivemos presentes na Sessão Solene comemorativa do Aniversário (foto acima), na qual nos apraz registar a honrosa presença do Almirante CEMA. De realçar a oferta de cinco mil contos que a Marinha fez ao CSA. Um grande contributo para o movimento associativo.

No dia 26 de Fevereiro, e de novo na Delegação nº1, participámos no almoço comemorativo do 25º aniversário e na tarde de variedades que se lhe seguiu.

Daqui reiteramos os votos de longa vida ao CSA e contínuo trabalho associativo em prol da classe de sargentos.

De registar, ainda, o "porto de honra" de recepção aos 2SAR daquele ramo, no dia 16 de Dezembro, que decorreu na Delegação do CSA no Feijó. Seguiu-se um espaço de debate em que foram abordadas as duas vertentes do associativismo militar: o sócio-profissional, pela ANS, e o sócio-cultural, pelo CSA. Estiveram presentes mais de 50 camaradas que agora ingressaram na nossa classe, verificando-se neles um espírito de classe e de associativismo digno de realce. Muito nos apraz registar esta iniciativa e que bom seria que frutificasse nos outros ramos. ●

IASFA

Intercâmbio social militar na Europa - CLIMS

Uma delegação do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) em representação da Acção Social Militar, esteve presente na reunião plenária do Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), que decorreu na República Checa, no passado mês de Outubro.

Este Comité, que tem por objectivo a troca de informações sobre a política de apoio social à família militar e o intercâmbio de jovens e de famílias, existe desde 1975 e dele fazem parte a Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, Hungria, República Checa e Polónia.

A delegação de Portugal, chefiada pelo Presidente do IASFA, Vice-Almirante Sarmento Gouveia, efectuou a apresentação da organização social das Forças Armadas Portuguesas.

Seguiram-se contactos bilaterais com os diferentes países membros, visando o intercâmbio de residências de férias, para os beneficiários e seus familiares. Portugal será membro efectivo do "CLIMS" a partir de Outubro de 2000.

Neste contexto abrem-se perspectivas para os beneficiários do IASFA poderem, no âmbito do intercâmbio "CLIMS", visitar estes países. Foram já estabelecidos acordos de intercâmbio com a Itália, Alemanha, República Checa e Polónia, embora ainda em número reduzido. Se desejar mais informações é favor contactar o IASFA. ●

Homenagem aos militares falecidos em serviço

Em Lisboa, no passado dia 5 de Fevereiro, junto ao Monumento Aos Combatentes do Ultramar, decorreu a cerimónia do descerramento das lápides com os nomes dos militares falecidos em serviço nas ex-colónias de Portugal. Esta cerimónia contou com o alto patrocínio do Presidente da República, tendo participado todos os órgãos de Estado, nomeadamente, Assembleia da República, Governo, Procurador Geral da República, Chefias militares, Provedoria de Justiça e várias individualidades civis e militares convidadas pessoalmente pelo Ministro da Defesa Nacional, Dr. Castro Caldas, entre as quais o presidente da Direcção da ANS. O **Presidente da República** pronunciou um discurso pedagógico sobre o evento, o qual, pela sua importância, transcrevemos.



O Estado Democrático, ao assentar os alicerces do novo regime, saído do 25 de Abril, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, permitiu ao Estado democrático resolver as causas políticas da Guerra. Mas, até hoje, estava por prestar a homenagem devida aqueles que morreram lutando sob o Estandarte de Portugal. Era tempo de o fazer.

Sinto, ao curvar-me em respeito perante a memória destes homens, a mesma comoção que sempre sinto quando, em visita a unidades militares, o clarim soa o toque de silêncio e de homenagem àqueles que ao longo de décadas e séculos tombaram ao serviço do seu país.

Seja-me permitido presumir que talvez eu, pelas funções que desempenho como Presidente da República e por todo o meu passado político, possa deixar hoje, a todos os portugueses, uma mensagem e um apelo.

A nossa responsabilidade maior, aquela pela qual seremos invariavelmente julgados, é para com o futuro de Portugal, garantindo a sua perenidade. É para isso importante, entre tantas outras coisas, naturalmente, que os portugueses aprendam e sintam orgulho em amar e a servir o seu País.

Para o amar têm que o conhecer. Conhecer o território em que vivem e a História que nos permitiu chegar aqui. Uma História com oito séculos. Sobre ela, sobre cada um dos seus momentos mais relevantes, existem sempre diversas interpretações, por vezes polémicas. Ainda bem, a diversidade de leituras interpretativas é importante.

A grande virtude dos regimes democráticos, em relação às ditaduras, é que a democracia não impõe uma leitura da história excluindo todos aqueles que não se reconhecem numa interpretação oficial. A vitalidade histórica de um povo re-

side na sua capacidade de compreender essa diversidade e, ao debatê-la, não fazer dela um território de desencontros e de rupturas com a própria história.

Compreendo que a jovem democracia portuguesa tenha tardado em realizar esta cerimónia. Mas ainda bem que assim foi. Feita muito mais cedo, ela não teria encontrado condições para se transformar num gesto verdadeiramente nacional, porque se teria deparado, inexoravelmente, com um contraditório de sentimentos sobre a Guerra em África que só o tempo permite colocar no seu devido contexto. Estaríamos então a debater se esta era uma homenagem às causas da guerra, dividindo-nos nisso, e não, como é nossa obrigação a prestar uma homenagem aos portugueses que serviram o seu país.

Só é possível estimular os portugueses a saber servir Portugal, se todos soubermos, devidamente homenagear aqueles que o serviram e por ele morreram. Apelo, por isso, aos portugueses para que saibam sempre servir e amar o seu país e aos poderes públicos para que saibam sempre elevar-se acima das polémicas e homenagear devidamente aqueles que o serviram.

Longe dos juízos da história, ao percorrer o silêncio irreversível daqueles nomes e o drama, irreparável, de quem perdeu a vida, evoco o sentimento e a angústia de quem perdeu os seus familiares. Não há palavra de conforto que minore esse sofrimento. Que este monumento e estas lápides fiquem, por isso, como um testemunho perene desse sacrifício feito sob a Bandeira Nacional. ●

Plano ANS de Seguros

A ANS celebrou com diversas seguradoras, através da Decla, um corretor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente para Sargentos** sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (incluindo Assistência em Viagem e Protecção Jurídica)
 - Preços a partir de 26.789\$00/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
 - Preços a partir de 813\$00 por cada 1.000 contos
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica — trabalho à hora)
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
 - Intervenção Cirúrgica; Tratamentos; Medicamentos, etc;
 - Desconto superior a 50%
- ✓ **VIDA/POUPANÇA** (diversos para vida militar, **incluindo missões no estrangeiro**)

CONTACTE:

☎ 21 417 39 48 ou 21 417 41 47 (de 2ª a 6ª f.ª/horas de expediente)
 ☎ Sede da ANS: 21 815 49 66 (todas as 6ª fs., das 14H00 às 18H00)
 ☎ Fax: 21 815 49 58

Pague menos pelos seus seguros, aderindo ao Plano da ANS

Stress pós traumático

Uma doença ...não um negócio

Muito se tem escrito e falado de há uns anos para cá sobre este problema. Este mesmo jornal foi um dos que já dedicou, e bem, algum do seu espaço ao tema.

Depois de muito falar e pressionar, o stress pós traumático foi considerado uma doença. Agora é preciso o resto. Ou seja, menos demagogia e mais medidas concretas que permitam a quem sofre do problema obter a ajuda necessária.

Como se sabe, este problema interfere com o agregado familiar do doente. Logo, para a ajuda a quem sofre de stress é essencial a participação da família.

Ora, sendo o stress uma doença, deve ser inserido no sistema de saúde como qualquer outra doença. Além do mais, quem padece deste problema a maior parte das vezes não tem consciência disso. Compete pois ao médico que acompanha a família regularmente detectar um possível caso e encaminhá-lo para uma ajuda especializada. Isto deve ser assim nesta matéria, como o é em todas as outras.

Ora, não temos a certeza de que esta seja a dinâmica em curso e, por isso, fica desde já o alerta para eventuais tentativas de arredar esta doença do seu normal percurso com vista ao tratamento, visando que quem a tiver, que pague do seu bolso o tratamento dado algures num consultório montado não importando onde.

Por isso, repetimos: O stress é uma doença, não um negócio! ●

A Fechar

Seguro dos militares

Ao fechar a redacção do nosso jornal, tivemos conhecimento da publicação em Diário da República, de 23 de Fevereiro, do Despacho conjunto nº 208/2000, dos Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças, que determina o seguinte:

"Considerando que é necessário proporcionar aos militares portugueses que vão integrar a força multinacional da ONU em Timor um seguro de acidentes pessoais, no valor de 15.000.000\$00, cobrindo os riscos de viagem, de terrorismo e de vandalismo;

Considerando que a Companhia de Seguros Fidelidade, à qual foi adjudicado o contrato, propôs um prémio de 1500\$ por militar, para um universo pessoal de 800 efectivos;

Considerando que, nos termos do artigo 19º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, as despesas com seguros a realizar em casos excepcionais carecem de prévia autorização dos Ministros da Defesa Nacional e das Finanças;

Os Ministros da Defesa Nacional e das Finanças determinam autorizar a despesa com os seguros no montante global de 1.200.000\$00."

Nota de redacção: Como se verifica, este seguro só abrange os militares destacados em Timor. Os militares na Bósnia, Kosovo ou em qualquer outro local, hoje ou amanhã, continuam ainda sem qualquer seguro!... Então como é? ●

Campanha da Tijoleira

Compra a tua placa!

Ajuda a adquirir a sede da ANS

Também podes contribuir depositando o teu donativo na conta abaixo indicada.

Conta da CGD: 0035.0514.00033061530.26